

Desemprego desafia o Presidente

Relatório mostra que a criação de vagas foi modesta para a demanda

Governo aposta em mais investimento estrangeiro para reverter o quadro

O alto índice de desemprego no País e a estagnação na geração de empregos compõem um dos maiores problemas a serem enfrentados pelo Governo federal. Na conclusão da divulgação do balanço de três anos e meio de administração do presidente Fernando Henrique Cardoso, realizada ontem pelo comitê central de campanha pela reeleição, o Governo reconhece que a situação é "preocupante". Apesar do balanço apresentar um crescimento de 2% ao ano no número de postos de trabalho, dados do IBGE mostram que a taxa de desemprego nas áreas metropolitanas atingiu 8% este ano.

O documento mostra que foram gerados três milhões de novos postos de trabalho de 1992 a 1996. O crescimento da oferta, no entanto, não foi suficiente para conter o número de desempregados. "A expansão das oportunidades de emprego

foi modesta", admitiu o responsável pela elaboração do programa de governo para um eventual segundo mandato de Fernando Henrique, Carlos Américo Pacheco. Entre as principais razões para a insuficiência da oferta de emprego, o documento cita as medidas tomadas pela equipe econômica para conter os ataques especulativos à moeda e o aumento da produtividade do trabalho com a reestruturação das empresas.

A geração de emprego, entretanto, é reafirmada como prioridade. Para isso, o Governo conta com recursos do FAT, do BNDES e de investimentos estrangeiros. Até o próximo ano, espera-se a entrada no País de recursos em torno de US\$ 22,2 bilhões. O investimento direto estrangeiro subiu de US\$ 3,9 bilhões, em 1994, para US\$ 17,1 bilhões em 1997. Somente na área de telecomunicações, os investimentos privados aumentaram de US\$ 4,7 bilhões para US\$ 12,5 bilhões entre 1995 e 1997.

Como conclusão do balanço iniciado na semana passada, foram divulgadas as principais realizações do Governo federal também nas áreas de Assistência Social, Justiça e Cidadania, Comunidade Solidária, Infra-Estrutura, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Educação, Política Urbana, Nordeste e Desenvolvimento Regional. Estes documentos servirão de base para a elaboração do programa de governo que será divulgado no dia 20 de agosto.

GERUSA MARQUES

Repórter do Jornal de Brasília

EMPREGO

O levantamento mostra que de 1992 a 1996 foram criados três milhões de novos postos de trabalho. Nas regiões metropolitanas foram gerados um milhão de empregos entre 1994 e junho de 1998. O crescimento até 1997 foi de 2% ao ano. A partir da segunda metade de 97 houve uma estagnação na oferta de vagas e a elevação no índice de desemprego, que chegou, neste ano, à taxa de 8%. Os setores que mais geraram empregos foram o de serviços (14% de crescimento) e construção civil (8%). A maior parte das novas vagas está sendo gerada para trabalhadores com mais instrução. Foram ressaltados os programas de geração de renda implementados pelo Ministério do Trabalho, como o Proger e o Proemprego, que só em 97 recebeu R\$ 4,3 bilhões do FAT.



JUSTIÇA

Apresentado como parceria entre Estado e sociedade para o combate à exclusão social, o Comunidade Solidária é composto por 16 subprogramas nas áreas de saúde, educação, saneamento, habitação e geração de renda. De 1995 a 1997 foram gastos no programa R\$ 10,1 bilhões. Os recursos foram destinados a 1.368 municípios, reduzindo a desnutrição e a mortalidade infantil. Na Assistência Social a prioridade foi retirar o caráter assistencialista e enfocá-la como questão de direito. A criança e o idoso mereceram cuidado especial com programas específicos, com ênfase para a Previdência Rural, que aumentou em 48% o valor do benefício. A prioridade para Justiça e Cidadania foi a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos.



AGRICULTURA

O Governo prevê para a safra de 98/99 um total de R\$ 10 bilhões para custeio e R\$ 1 bilhão em investimentos. Os recursos para plantio aumentaram de R\$ 4,6 bilhões em 94 para R\$ 10 bilhões este ano e as taxas de juros caíram mais de três vezes para o produtor. O programa de securitização da dívida agrícola beneficiou 350 mil produtores, representando R\$ 8,5 bilhões. O documento ressalta a reformulação do sistema de crédito. A produção de grãos passou de 76 milhões de toneladas na safra 1993/94 para 81,1 milhões na safra de 1994/1995. Com o Programa Nacional de Agricultura Familiar, foram viabilizados 900 mil contratos de custeio e investimento, com um volume de R\$ 2,5 bilhões entre janeiro de 96 e junho de 98.



POLÍTICA URBANA

O combate à seca continuará sendo prioridade do Governo. Os efeitos da seca atingem hoje 26 milhões de pessoas em 1.238 municípios do Nordeste, Espírito Santo e região norte de Minas. Segundo o documento, foi autorizada a distribuição de 1,38 milhão de cestas básicas. Entre as ações não-emergenciais destacam-se os programas de recursos hídricos, de combate à pobreza e incentivo à geração de empregos. No caderno de desenvolvimento regional, segundo o documento, serão investidos R\$ 30 bilhões nos eixos de integração até o fim do ano. Na política urbana, em quatro anos, foram investidos R\$ 15,8 bilhões. Em habitação, saneamento e infra-estrutura foram realizadas 14.503 obras, beneficiando 7,6 milhões de famílias e gerando 1,3 milhão de empregos.



EDUCAÇÃO

As realizações na área da educação são apresentadas como as mais significativas. Com os programas do Ministério da Educação foi possível cumprir em 1997 a meta, prevista para 2003, de manter na escola 95% das crianças entre sete e 14 anos. Em 1995 havia 2,7 milhões de crianças nesta faixa fora da escola. Hoje o número é inferior a 1,5 milhão. As taxas de matrícula aumentaram em todos os níveis de ensino, chegando a 33% de crescimento no nível médio. Entre 94 e 97 o número de aprovados no ensino fundamental cresceu 30%. Na área de ciência e tecnologia, com atenção especial para a pesquisa, os investimentos cresceram de R\$ 8,7 bilhões em 94 para R\$ 10,6 bilhões em 97, destacando a recuperação para a participação do setor privado.



INFRA-ESTRUTURA

As realizações do Governo nos setores de energia e transportes vão garantir o crescimento da atividade econômica. Os investimentos chegam a R\$ 7,5 bilhões em transportes. Nove projetos complementares às obras do Brasil em Ação estão previstos para 1999, com recursos de R\$ 2,2 bilhões. O Governo pretende estimular a entrada de capital privado na geração de energia. No setor elétrico foram feitos investimentos privados de R\$ 10 bilhões. Outra prioridade será o investimento de recursos públicos na oferta de gás natural, que representava, em 1994, 2,5% na matriz energética, podendo chegar a 12% na próxima década. A produção de petróleo atingiu um milhão de barris/dia em dezembro de 1997, o que coloca o Brasil entre os 20 maiores produtores mundiais.

